

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
15ª Sessão Ordinária de 2016

(Publicada no Diário Eletrônico do CNMP, Caderno Processual, de 2/8/2016, págs. 1/23)

Dia: 09/08/2016

Hora: 14:00 horas

Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público – Setor de Administração Federal Sul
Quadra 2, Lote 3 – Brasília-DF

PAUTA DESTA SESSÃO

PARTE I – PROCESSOS FÍSICOS

1) Aprovação das Atas da 13ª Sessão Ordinária (26/07/2016) e da 14ª Sessão Ordinária (27/07/2016).

Processos com Pedidos de Vista

Pedido de Vista em 24/02/2015

2) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001352/2012-24

Requerente: Ailton José da Silva – Presidente da ANMPM; Alexandre Camanho de Assis – Presidente da ANPR; Antônio Marcos Dezan – Presidente da AMPDFT; Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – AMPDFT; Associação Nacional do Ministério Público Militar – ANMPM; Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT; Carlos Eduardo de Azevedo Lima – Presidente da ANPT; José Robalinho Cavalcanti – Vice-Presidente da ANPR

Requerido: Ministério Público da União

Assunto: Requer a determinação por este Conselho, no âmbito do Ministério Público da União, da revisão das Portarias PGR 537/2003, 645/2003 e 525/2006, que disciplinam o tema, para possibilitar o pagamento em pecúnia da licença-prêmio que o membro faz jus e não pretende fruir, antes da ocorrência da aposentadoria ou causa extintiva do vínculo funcional.

Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho (Relator anterior: Cons. Fabiano Silveira)

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego

Pedido de Vista em 14/04/2015

3) Proposição n.º 0.00.000.001095/2013-10

Proponente: Conselheiro Fabiano Augusto Martins Silveira

Assunto: Proposta de Resolução que altera a Resolução CNMP n.º 36/2009, para tornar obrigatória a realização de inspeções ordinárias por parte das Corregedorias de todas as unidades do Ministério Público, nos órgãos e serviços que operam, auxiliam ou supervisionam a operação de sistemas de monitoramento de intercepções telefônicas, e dá outras providências.

Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Antônio Pereira Duarte

Pedido de Vista em 29/07/2015 – 14ª Sessão Ordinária

4) Proposição n.º 0.00.000.000659/2014-70

Proponente: Presidência do CNMP

Assunto: Proposta de Resolução que regulamenta o § 6º, do art. 5º, da Lei nº 7.347/85, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, a tomada do compromisso de ajustamento de conduta.

Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza (Relator Anterior: Cons. Alexandre Berzosa Saliba)

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Cons. Esdras Dantas de Souza

Pedido de Vista em 24/11/2015

5) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000470/2014-87 (Embargos de Declaração)

Embargante: Dirceu Dresch

Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que acolheu a preliminar de incompetência do CNMP, determinando o arquivamento de Procedimento de Controle Administrativo, que visa apurar irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas em auditoria realizada no Ministério Público de Contas do Estado de Santa Catarina, envolvendo a legalidade dos atos de pessoal concernentes ao preenchimento de cargos efetivos e comissionados, teto remuneratório, vantagens remuneratórias, cessão de servidores, acumulação de cargos, controle de frequência e controle interno.

Relator: Cons. Walter de Agra Júnior

Origem: Santa Catarina

Vista: Cons. Fábio Bastos Stica
Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Cons. Otavio Brito Lopes
Cons. Valter Shuenquener de Araújo
Cons. Esdras Dantas de Souza

Pedido de Vista em 26/01/2016

6) Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.000506/2015-11 (Recurso Interno)

Recorrente: Rodrigo Costa Feitosa

Advogado: Márcio Messias Cunha – OAB/GO n.º 13.955

Recorrido: Membros do Ministério Público Federal no Estado de Tocantins

Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público Federal no Estado de Tocantins.

Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte

Origem: Tocantins

Vista: Cons. Esdras Dantas de Souza

Pedido de Vista em 27/01/2016

7) Proposição n.º 0.00.000.001501/2013-36

Proponente: Conselheiro Rodrigo Janot Monteiro de Barros – Presidente do CNMP
Assunto: Proposta de Resolução que institui a Política de Segurança Institucional e o Sistema Nacional de Segurança Institucional do Ministério Público.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes (Relator Anterior: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho)
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fábio Bastos Stica

Pedido de Vista em 12/04/2016

8) Proposição n.º 0.00.000.000660/2014-02

Proponente: Presidência do CNMP
Assunto: Proposta de Resolução que disciplina a expedição de recomendações pelo Ministério Público brasileiro.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Gustavo do Vale Rocha

Pedido de Vista em 14/06/2016

9) Proposição n.º 0.00.000.001222/2014-53 (Apenso: Processo n.º 0.00.000.001569/2014-04)

Requerente: Conselheiro Cláudio Henrique Portela do Rego
Assunto: Proposta de Resolução que disciplina, no âmbito do Ministério Público, a instauração e tramitação da Notícia de Fato e do Procedimento Administrativo.
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Origem: Brasília
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Pedido de Vista em 27/07/2016

10) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000229/2015-39

Requerente: Cândido Furtado Maia Neto – Procurador de Justiça/PR
Assunto: Trata-se de sugestão, para análise por parte do CNMP, da possibilidade de regulamentação de remoção por permuta entre membros vitalícios dos Ministérios Públicos Estaduais.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Paraná
Vista: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Cons. Fábio Bastos Stica

Processos Remanescentes

Incluído na Pauta da 8ª Sessão (26/04/2016)

11) Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo n.º 0.00.000.001034/2014-25

Requerente: Erika Kokay – Presidente da CPI Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – Câmara dos Deputados

Interessado: Kedilson de Oliveira Barbosa

Requeridos: Ministério Público do Estado do Amazonas; Ministério Público Federal no Estado do Amazonas

Assunto: Alegação de inércia do Ministério Público do Estado do Amazonas e do Ministério Público Federal no Estado do Amazonas em apurar denúncia de crime sexual envolvendo menor, formalizada àqueles órgãos no ano de 2004.

Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Origem: Manaus

Incluído na Pauta da 9ª Sessão (10/05/16)

12) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000371/2015-86

Requerente: Rádio e Televisão Bandeirantes LTDA.

Advogados: Cristiano Zanin Martins – OAB/DF n.º 32.190; Roberto Teixeira – OAB/SP n.º 22.823; Gabriel Ciríaco Lira – OAB/DF 47.2012

Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Assunto: Requer providências, junto ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, em relação às medidas tomadas pelo mencionado Parquet que contribuíram para inviabilizar a realização da etapa brasileira de Fórmula Indy em Brasília.

Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho

Origem: São Paulo

Incluído na Pauta da 11ª Sessão (13/06/2016)

13) Inspeção n.º 0.00.000.000902/2015-31

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Assunto: Aprovação do Relatório Conclusivo da Inspeção realizada no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego

Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 13ª Sessão (26/07/2016)

- 14) Revisão de Processo Disciplinar n.º 0.00.000.000246/2013-12 (Embargos de Declaração)
(Apenso: Processo n.º 0.00.000.001290/2012-51)
Embargante: Membro do Ministério Público do Estado do Pará
Advogado: Luís André Ferreira Cunha – OAB/PA n.º 18.899B
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que rejeitou as preliminares suscitadas e julgou procedente o pedido de Revisão de Processo Disciplinar, para determinar ao Procurador-Geral de Justiça do Estado do Pará que ajuíze ação judicial com vistas à cassação da aposentadoria concedida ao membro ministerial processado.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes
Origem: Distrito Federal
- 15) Revisão de Processo Disciplinar n.º 0.00.000.001634/2013-11
Requerente: Elizabeth Helena de Faria Campos – Promotora de Justiça/MPDFT
Advogado: Rafael de Souza Oliveira – OAB/DF n.º 36.482
Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Assunto: Requer revisão do processo administrativo n.º 08190.050803/11-07, que tramitou no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal
- 16) Processo Administrativo Disciplinar n.º 0.00.000.001193/2014-20
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Pará
Assunto: Processo Disciplinar em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Pará.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal
- 17) Proposição n.º 0.00.000.001675/2014-80
Requerente: Conselheiro Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Assunto: Proposta de Resolução que dispõe sobre a publicação das decisões proferidas pelos Órgãos Colegiados do Ministério Público atribuídos do controle da atuação extrajudicial finalística.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Distrito Federal
- 18) Inspeção n.º 0.00.000.000234/2016-22
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público da União
Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Inspeção realizada na Procuradoria Geral da República.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal

19) Inspeção n.º 0.00.000.000329/2016-46
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Tocantins
Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Inspeção realizada nos órgãos de controle disciplinar do Ministério Público do Estado de Tocantins.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal

Processos desta Sessão (09/08/2016)

20) Pedido de Providências n.º 0.00.000.001012/2011-12
Requerente: Geraldo Henrique Alves
Advogado: João Alberto Simões Pires Franco – Defensor Público Federal
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Assunto: Requer providências junto ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais em relação à adoção de medidas cabíveis a programar plantão de Promotores de Justiça na Comarca de Juiz de Fora/MG visando ao atendimento necessário à população.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Minas Gerais

21) Proposição n.º 0.00.000.000488/2012-17
Proponentes: Conselheiros Fabiano Silveira; Taís Ferraz; Alessandro Tramujas; e Almino Afonso
Assunto: Proposta de Resolução que dispõe sobre a requisição de membros auxiliares e o convite a membros colaboradores do Conselho Nacional do Ministério Público.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Distrito Federal

22) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000156/2013-13
Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade
Requerido: Procuradoria da República no Estado da Paraíba
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP N.º 81/2012 na Procuradoria da República no Estado da Paraíba.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal

23) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000158/2013-11
Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade
Requerido: Procuradoria da República no Estado de Alagoas
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP N.º 81/2012 na Procuradoria da República no Estado de Alagoas.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal

- 24) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000160/2013-81
Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade
Requerido: Procuradoria da República no Estado de Roraima
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP N° 81/2012 na Procuradoria da República do Estado de Roraima.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal
- 25) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000199/2013-07
Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP N° 81/2012 no Ministério Público do Estado do Piauí.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal
- 26) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000208/2013-51
Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP N° 81/2012 no Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal
- 27) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000212/2013-10
Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade
Requerido: Procuradoria da República no Estado de São Paulo
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP N° 81/2012 na Procuradoria da República no Estado de São Paulo.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal
- 28) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000220/2013-66
Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade
Requerido: Procuradoria Regional da República da 2ª Região/RJ
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP N° 81/2012 na Procuradoria Regional da República da 2ª Região/RJ.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal

- 29) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000393/2013-84
Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP N° 81/2012 no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal
- 30) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000405/2013-71
Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP nº 81/2012 no Ministério Público do Estado de São Paulo
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal
- 31) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000826/2013-00
Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade
Requerido: Ministério Público do Estado de Sergipe
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP N° 81/2012 no Ministério Público do Estado de Sergipe.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal
- 32) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.001480/2013-59
Requerente: Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade – NEACE
Requerido: MPF – Procuradoria da República no Estado de São Paulo
Assunto: Atendimento Prioritário.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal
- 33) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.001489/2013-60
Requerente: Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade – NEACE
Requerido: MPE - Ministério Público do Estado de Sergipe
Assunto: Atendimento Prioritário.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal

- 34) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.001492/2013-83
Requerente: Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade – NEACE
Requerido: MPE – Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Assunto: Atendimento Prioritário.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal
- 35) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.001545/2013-66
Requerente: Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade – NEACE
Requerido: MPF – Procuradoria da República no Estado da Paraíba
Assunto: Atendimento Prioritário.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal
- 36) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.001548/2013-08
Requerente: Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade – NEACE
Requerido: MPF – Procuradoria Regional da República no Estado do Rio de Janeiro – 2ª Região
Assunto: Atendimento Prioritário.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal
- 37) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.001549/2013-44
Requerente: Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade – NEACE
Requerido: MPE – Ministério Público do Estado de São Paulo
Assunto: Atendimento Prioritário.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal
- 38) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.001551/2013-13
Requerente: Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade – NEACE
Requerido: MPE – Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Assunto: Atendimento Prioritário.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal
- 39) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.001590/2013-11
Requerente: Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade – NEACE
Requerido: MPF - Procuradoria da República no Estado de Roraima
Assunto: Atendimento Prioritário.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal

- 40) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.001628/2013-55
Requerente: Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade – NEACE
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí
Assunto: Atendimento Prioritário.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal
- 41) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.001659/2013-14
Requerente: Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade – NEACE
Requerido: MPF – Procuradoria da República no Estado de Alagoas
Assunto: Atendimento Prioritário.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal
- 42) Sindicância n.º 0.00.000.000260/2014-99 (Recurso Interno) (Apenso: Processo n.º 0.00.000.000130/2012-94)
Recorrentes: Silvio Félix da Silva; Constância Berbert Dutra da Silva; Murilo Félix da Silva e Mauricio Félix da Silva
Recorridos: Membros do Ministério Público do Estado de São Paulo
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Sindicância instaurada em desfavor de membros do Ministério Público do Estado de São Paulo.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Distrito Federal
- 43) Revisão de Processo Disciplinar n.º 0.00.000.000677/2014-51 (Embargos de Declaração)
Embargante: Alexandre Augusto da Cruz Feliciano – Promotor de Justiça/SP
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que rejeitou a preliminar de nulidade da Portaria do processo administrativo e, no mérito, julgou improcedente o pedido, mantendo incólume a decisão proferida pelo Órgão Especial do Colégio de Procuradores do Ministério Público do Estado de São Paulo, que aplicou ao membro do Ministério Público daquele Estado a pena de suspensão por 8 (oito) dias.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: São Paulo
- 44) Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.001270/2014-41 (Recurso Interno)
Recorrente: Thiago Verrone de Souza
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Mato Grosso do Sul

- 45) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001416/2014-59
Requerente: Aray Seara Nunes de Matos
Requerido: Ministério Público da União
Assunto: Requer a determinação ao Secretário-Geral do Ministério Público da União para o imediato cumprimento do art. 32, da Lei nº 11.415/2006, de maneira a anular o ato que determinou a não renovação da requisição do requerente.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Distrito Federal
- 46) Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho n.º 0.00.000.001678/2014-13
Requerente: Roberto Burlamaque Catunda Sobrinho – Promotor de Justiça/PE
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Assunto: Requer o cumprimento da decisão proferida no Processo CNMP n.º 0.00.000.0001811/2013-51, para que o membro do Ministério Público do Estado de Pernambuco seja habilitado em todas as remoções para as quais concorreu e para efeito de contagem de remanescência.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Pernambuco
- 47) Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.000217/2015-12 (Embargos de Declaração)
Embargante: Walmir de Oliveira Lima Teixeira
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que não conheceu os Embargos de Declaração e considerou prejudicada a análise do Recurso Interno interposto.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes
Origem: Paraná
- 48) Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.000428/2015-47 (Recurso Interno)
Recorrente: Afonso Ismael Alves Bentes de Sá
Advogado: Hercílio de Azevedo Aquino – OAB/DF n.º 33.148
Recorridos: Membros do Ministério Público do Estado do Amapá
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público do Estado do Amapá.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Amapá
- 49) Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.000008/2016-41 (Recurso Interno)
Recorrente: Sandra Faraj Cavalcante – Deputada Distrital
Advogados: Elson Crisóstomo Pereira – OAB/DF n.º 2.911; Lecir Manoel da Luz – OAB/DF n.º 1.671
Recorrido: Membro do Ministério Público do Trabalho
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Trabalho.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Distrito Federal

50) Inspeção n.º 0.00.000.000198/2016-05

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Mato Grosso
Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Inspeção Extraordinária realizada na 18ª Promotoria de Justiça Criminal da Comarca de Cuiabá/MT.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal

51) Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.000216/2016-41 (Recurso Interno)

Recorrente: Maurílio Neris de Andrade Arruda
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Minas Gerais

52) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.000339/2016-81

Requerente: Comissão da Infância e Juventude
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Assunto: Visa apurar a atuação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro em relação aos crimes, em tese praticados contra adolescente, bem como a conduta adotada pela autoridade policial responsável pelo primeiro registro da ocorrência.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Distrito Federal

53) Inspeção n.º 0.00.000.000351/2016-96

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Assunto: Aprovação do Relatório Conclusivo da Inspeção Extraordinária realizada nas Promotorias de Justiça e Unidades do Ministério Público do Estado do Ceará na Comarca de Juazeiro do Norte/CE.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal

PARTE II – PROCESSOS ELETRÔNICOS

Processos com Pedidos de Vista

Pedido de Vista em 24/11/2015

- 1) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00004/2015-08
Requerente: Paulo Eduardo Bueno
Requerido: Ministério Público Federal
Objeto: Ato Administrativo. Portaria 78/1994. Portaria 217/1994. MPF. Conselho Superior. Procurador da República. Procurador Regional da República. Carreira. Promoção. Tempo de serviço. Renúncia. Reposicionamento.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: São Paulo
Vista: Cons. Otavio Brito Lopes

Pedidos de Vista em 27/01/2016

- 2) Proposição nº 1.00059/2015-09
Proponente: Jeferson Luiz Pereira Coelho
Objeto: Proposta de Resolução que institui órgãos de Controle Interno no Ministério Público Brasileiro.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Cons. Fábio Bastos Stica
- 3) Proposição nº 1.00126/2015-31
Proponente: Jarbas Soares Júnior
Objeto: Proposição. Dispõe que as provisões de encargos trabalhistas a serem pagas pelas Unidades Ministeriais às empresas contratadas para prestar serviços de forma contínua no âmbito do Ministério Público sejam glosadas do valor mensal do contrato e depositadas exclusivamente em banco público oficial.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Distrito Federal
Vista: Presidente

Pedidos de Vista em 21/06/2016

- 4) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00145/2015-77
Requerente: Associação do Ministério Público de Rondônia - AMPRO
Requerido: Ministério Público do Estado de Rondônia
Interessado: Flavia Barbosa Shimizu Mazzini
Objeto: Controle. Decisão. Colégio de Procuradores de Justiça. Ministério Público do Estado de Rondônia. Reconhecimento, Art. 100 combinado art. 127 da Lei Complementar nº 93/93. Licença-Prêmio.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Rondônia
Vista: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego

- 5) Proposição nº 1.00236/2016-01
Proponente: Conselheiro Cláudio Henrique Portela do Rego
Objeto: Proposta de alteração. Art. 1º da Resolução CNMP nº 30/2008. Nova hipótese de impedimento ao exercício da função eleitoral.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Pedidos de Vista em 26/07/2016

- 6) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00209/2015-49
Requerente: André Luís Alves de Melo
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Pedido de Aposentadoria Especial. Atividade de Risco Análoga ao dos Policiais. Revisão de Decisão do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Minas Gerais
Vista: Cons. Walter de Agra Júnior
- 7) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00097/2016-61
Requerente: Corregedoria Nacional
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Ceará
Advogado: José Francisco Ferreira Rebouças – OAB/CE n.º 4.697
Objeto: Processo Administrativo Disciplinar. Atraso e morosidade em processos e procedimentos. Conduta incompatível com o cargo de Promotor de Justiça. Violação de deveres funcionais. Membro do Ministério Público do Estado do Ceará. Portaria CNMP-CN n.º 30/2016.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Ceará
Vista: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego

Pedido de Vista em 27/07/2016 – Continuação da 13ª Sessão Ordinária

- 8) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00452/2015-67 (Apenso: Processo nº 1.00086/2016-63)
Requerente: Raulino Maracaja Coutinho Filho
Advogado: Adair Borges Coutinho Neto – OAB/PB n.º 12.441
Requerido: Ministério Público do Trabalho
Objeto: Ilegalidade. Portaria n.º 829/2015. Ameaça do desfazimento da unidade familiar. Lotação provisória do requerente na PTM de Campina Grande/PB. Procuradoria Geral do Trabalho.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Walter de Agra Júnior

Pedido de Vista em 27/07/2016

9) Proposição nº 1.00416/2016-93

Proponente: Conselheiro Fábio George Cruz da Nóbrega
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Criação de estruturas especializadas no Ministério Público. Enfrentamento à corrupção. Atribuição cível e criminal.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Walter de Agra Júnior

10) Proposição nº 1.00417/2016-47

Proponente: Conselheiro Fábio George Cruz da Nóbrega
Objeto: CNMP. Proposta de Recomendação. Órgão especializado. Promoção da igualdade étnico-racial, a inclusão do tema em editais de concurso e o incentivo à formação inicial e continuada sobre o assunto.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Walter de Agra Júnior

Processos Remanescentes

Incluídos na Pauta da 3ª Sessão Ordinária (16/02/2016)

11) Proposição nº 1.00312/2015-43

Proponente: Fábio George Cruz da Nóbrega
Objeto: Proposta de Recomendação. Define parâmetros para a atuação dos membros do Ministério Público brasileiro para a alimentação e atualização do Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Distrito Federal

12) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00200/2015-56

Requerente: Deusdedith Ferreira Araújo – OAB/RR n.º 550
Requerido: Ministério Público de Contas do Estado de Roraima
Objeto: Ilegalidades. Concessão de Licença Prêmio em Pecúnia por assiduidade. Membros do Ministério Público de Contas do Estado de Roraima.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Roraima

Incluídos na Pauta da 10ª Sessão (31/05/2016)

- 13) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00388/2015-97
Requerente: Karla Kelly de Sena Rodrigues
Requerido: Ministério Público Federal
Objeto: Remoção de servidor por interesse da administração da Procuradoria Geral da República. Vaga de aposentadoria na Procuradoria do Trabalho em Fortaleza que não foi colocada em remoção.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Ceará
- 14) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00175/2016-09
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Amapá
Objeto: Ministério Público do Estado do Amapá. Adequação dos cargos de Assessor Auxiliar de Procurador, Oficial de Gabinete e Secretária de Procurador. Prescrições do art. 37, incisos II e V, da Constituição Federal. Item 21.1.31 do relatório conclusivo da Inspeção.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Amapá

Incluídos na Pauta da 11ª Sessão (13/06/2016)

- 15) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00221/2015-07
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão
Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Receitas e despesas previdenciárias praticadas mensalmente durante o período de 2012-2014. Estrutura de Pessoal. Servidores cedidos. Pagamento de incorporação de gratificação de função aos membros. Legalidade do pagamento de gratificação de risco de vida.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal
- 16) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00095/2016-54
Requerente: Benedito de Oliveira Guedes Neto
Advogado: Renato Duarte Bezerra – OAB/TO nº 4.296
Requerido: Ministério Público do Estado de Tocantins
Objeto: Suspensão Liminar. Anulação. Julgamento. Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Tocantins. Formação de Lista Tríplice. Princípios da Administração Pública. Resolução 001/2012. Promoção por merecimento. 26ª Promotoria de Justiça de Palmas.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Tocantins

Incluídos na Pauta da 13ª Sessão Ordinária (26/07/2016)

17) Nota Técnica nº 1.00190/2015-21

Proponente: Conselheiro Walter de Agra Júnior
Objeto: Nota Técnica sobre Propostas de Emenda Constitucional de Redução da Idade Mínima de Admissão ao Trabalho e Emprego.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal

18) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00230/2015-90

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Servidores cedidos de outros órgãos. Acúmulo de funções de membros. Insuficiência de servidores. Relatório Conclusivo da Inspeção. Teor das proposições 31.1.2, 31.1.8b, 31.1.10, 31.2.9, 31.2.10 e 31.2.12.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Pernambuco

19) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00303/2015-52 (Recurso Interno)

Recorrente: André Luís Alves de Melo
Recorrido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Irregularidades. Licença Capacitação. Mestrado no exterior. Membros do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Indenização dos afastamentos.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Minas Gerais

20) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00338/2015-64

Requerente: Terra Selvagem Golfe Clube Ltda
Advogado: Antonio Ernani Pedroso Calhao – OAB/SP nº 299079
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Objeto: Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Mato Grosso. Decisão que rejeitou a instauração de processo administrativo disciplinar de que trata o procedimento GEOC nº 00030-24-2015.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Mato Grosso

21) Proposição nº 1.00439/2015-53

Proponente: Conselheiro Fábio George Cruz da Nóbrega
Objeto: Proposta de Resolução que proíbe a designação para função de confiança ou a nomeação para cargo em comissão no Ministério Público de pessoa que tenha praticado atos tipificados como causa de inelegibilidade prevista na legislação eleitoral, e dá outras providências.
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Origem: Distrito Federal

22) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00091/2016-30

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público do Estado da Paraíba

Objeto: Inércia. Andamento de denúncias. Carga de Processos. Apuração de irregularidades em Prefeitura. Comarca de Natuba. Ministério Público do Estado da Paraíba.

Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza

Origem: Paraíba

23) Consulta nº 1.00103/2016-71

Requerente: Lauro Pinto Cardoso Neto

Objeto: Consulta. Ministério Público da União. Contratação indireta de suporte presencial ou remoto a usuários. Central de Atendimento. Atendimento de serviços de menor complexidade.

Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo

Origem: Distrito Federal

24) Proposição nº 1.00121/2016-53

Proponente: Cons. Valter Shuenquener de Araújo

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Enunciado. Visa a pacificar e a expressar o direito de manifestação pública e objetiva dos membros do Ministério Público a respeito dos fatos que estiverem sob sua investigação.

Relator: Cons. Fábio Bastos Stica

Origem: Distrito Federal

25) Nota Técnica nº 1.00185/2016-45

Requerente: Conselheiro Fábio George Cruz da Nóbrega

Objeto: Nota Técnica do CNMP sobre o Projeto de Lei nº 5069, de 2013, que acrescenta e altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848/40 – Código Penal, e altera dispositivos da Lei nº 12.845, de 2013.

Relator: Cons. Fábio Bastos Stica

Origem: Distrito Federal

26) Proposição nº 1.00293/2016-18

Proponente: Conselheiro Sérgio Ricardo de Souza

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Dispõe sobre a criação de Núcleo de Solução Alternativa de Conflitos nos processos de competência deste Conselho que envolvam direito de natureza indisponível.

Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho

Origem: Distrito Federal

27) Proposição nº 1.00294/2016-71

Proponente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Observância dos art. 126 a 129 da Lei nº 7.210/84 (Lei de Execução Penal – LEP). Fomento a ações voltadas ao oferecimento de cursos e disponibilização de livros às pessoas privadas de liberdade.

Relator: Cons. Fábio Bastos Stica

Origem: Distrito Federal

28) Proposição nº 1.00395/2016-60

Proponente: Conselheiro Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Emenda Regimental. Adequação do Regimento Interno às disposições do Novo Código de Processo Civil.

Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo

Origem: Distrito Federal

Processos desta Sessão (09/08/2016)

29) Procedimento Avocado nº 1.00021/2015-28

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás

Objeto: Avocação. Processo nº 2015.0017.6159. Ministério Público do Estado de Goiás.

Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho

Origem: Goiás

30) Proposição nº 1.00192/2015-39

Proponente: Conselheiro Cláudio Henrique Portela do Rego

Objeto: Proposta de Recomendação que estabelece a política de comunicação social do Ministério Público brasileiro.

Relator: Cons. Otavio Brito Lopes

Origem: Distrito Federal

31) Procedimento Avocado n.º 1.00203/2015-17 (Embargos de Declaração)

Embargante: Jonaci Silva Heredia

Advogado: Thiago Machado de Carvalho – OAB/DF n.º 26.973

Embargado: Conselho Nacional do Ministério Público

Objeto: Processo Administrativo Disciplinar nº 006/2013 (nº MP 20431/2013), em curso no Ministério Público do Estado do Espírito Santo, avocado nos autos do procedimento CNMP nº 0.00.000.000456/2015-64.

Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte

Origem: Distrito Federal

32) Pedido de Providências nº 1.00343/2015-30

Requerente: Maurides Rodrigues Nascimento

Advogado: Johann Homonnai Junior – OAB/DF n.º 42500

Requerido: Ministério Público do Trabalho

Objeto: Ministério Público do Trabalho. Atuação indevida de membros do Parquet. Programa de Banimento do Amianto. Extração de amianto crisolato.

Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte

Origem: Goiás

- 33) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00415/2015-40
Requerente: Eder Pontes da Silva
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Interessado: Lorenzo Silva de Pazolini
Objeto: Sustação dos efeitos da decisão do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Anulação de Questões. Concurso Público para Ingresso na Carreira do Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Edital nº 1 – MPE/ES/2010.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes
Origem: Espírito Santo
- 34) Proposição nº 1.00438/2015-08
Proponente: Conselheiro Fábio George Cruz da Nóbrega
Objeto: Proposta de Recomendação que define parâmetros para a atuação dos membros do Ministério Público brasileiro para a correta implementação da política de cotas étnico-raciais em vestibulares e concursos públicos.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Distrito Federal
- 35) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00009/2016-68
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requeridos: Membros do Ministério Público do Estado do Maranhão
Objeto: Membros do Ministério Público do Estado do Maranhão. Decisão exarada na RIEP n.º 1.000264/2015-48. Atuação desidiosa. Prescrição dos fatos apurados no Processo nº 8747/2011.
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Origem: Distrito Federal
- 36) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00053/2016-69
Requerente: Alexandre da Silva Ferreira
Requerido: Ministério Público do Trabalho
Objeto: Ministério Público do Trabalho no Estado do Rio de Janeiro. Falta de atendimento às solicitações apresentadas em procedimentos que tramitam na Procuradoria do Trabalho.
Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo
Origem: Rio de Janeiro
- 37) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00065/2016-10
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Decisão. PCA CNMP nº 0.00.000.001738/2014-06. Apuração. Regularidade de controle da jornada de trabalho. Servidores. Ministério Público do Estado do Pará.
Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo
Origem: Distrito Federal

- 38) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00068/2016-81
Requerente: Natanael Tenório da Silva
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Promotoria de Justiça da Comarca de Barueri. Andamento processual. Alegação de inércia.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: São Paulo
- 39) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00074/2016-01
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Pedido de Revisão de Processo Administrativo Disciplinar que tramitou no Ministério Público do Estado da Bahia.
Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo
Origem: Bahia
- 40) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00075/2016-65
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão. Portaria CNMP-CN nº 020/2016. RD 0.00.000.000855/2015-25.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Distrito Federal
- 41) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00076/2016-19
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Objeto: Pedido de Revisão do Procedimento Administrativo Disciplinar GEDOC nº 000022-024/2014 (MPMT). Ministério Público do Estado de Mato Grosso.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Mato Grosso
- 42) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00100/2016-00
Requerente: Franklin Ourives Dias da Silva
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Interessado: Membro do Ministério Público do Estado da Bahia
Advogado: Manoel Joaquim Pinto Rodrigues da Costa – OAB/BA nº 11.024
Objeto: Colégio de Procuradores do Ministério Público do Estado da Bahia. Processo Administrativo Disciplinar nº 150754/2014. Pena de censura por infração ao dever funcional.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Bahia

- 43) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00101/2016-64 (Embargos de Declaração)
Embargante: José Carlos Cruz
Embargado: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Controle. Autos de Processo do Ministério Público do Estado de São Paulo. Inquérito Policial. Apuração de irregularidades da Autoridade Policial e do Ministério Público do Estado de São Paulo. Acesso do advogado aos autos.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: São Paulo
- 44) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00117/2016-30 (Embargos de Declaração)
Embargante: Monica Sofia Pinto Henriques da Silva
Advogado: Luis Carlos Parreiras Abritta – OAB/MG n.º 58.400
Embargado: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Objeto: Revisão de Processo Disciplinar. PDA n.º 2422663. Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Alteração da Conclusão.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Minas Gerais
- 45) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00171/2016-86
Requerente: Franklin Ourives Dias da Silva
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Interessado: Membro do Ministério Público do Estado da Bahia
Advogado: Manoel Joaquim Pinto Rodrigues da Costa – OAB/BA n.º 11.024
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Revisão. Processo Administrativo Disciplinar Sumário nº 38543/2014.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes
Origem: Bahia
- 46) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00190/2016-11 (Embargos de Declaração)
Embargante: Franklin Lobato Prado
Advogado: Thiago Carvalhaes Peres – OAB/PA n.º 21.233
Embargado: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Objeto: Pedido de Revisão de Processo Administrativo Disciplinar nº 016/2014-MP/CGMP, que tramitou no Ministério Público do Estado do Pará. RD nº 0.00.000.000864/2015-16.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Pará
- 47) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00196/2016-43
Requerente: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Pará
Advogado: Guilherme Messias Cavalleiro de Macedo – OAB/PA n.º 15.450-B
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Suspensão dos efeitos. Portaria nº 1422/2016-MP/PGJ. Cancelamento dos registros dos servidores efetivos inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil. Resolução CNMP nº 27/2008.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Pará

48) Pedido de Providências nº 1.00218/2016-20 (Recurso Interno)

Recorrente: Luís Augusto Brum Gonçalves

Recorrido: Procuradoria Geral da República

Objeto: Ministério Público Federal. Procuradoria Geral da República. Apuração. Crimes denunciados pelo requerente na cidade de Porto Alegre. Crimes de Responsabilidade.

Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo

Origem: Distrito Federal

49) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00326/2016-00

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Acre

Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Acre. Instauração de Processo Administrativo Disciplinar. Portaria CNMP-CN nº 88/2016. Realização de propaganda político-partidária e eleitoral. Sindicância CNMP nº 0.00.000.000679/2015-21.

Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira

Origem: Acre

50) Pedido de Providências nº 1.00342/2016-77 (Recurso Interno)

Recorrente: André Luís Alves de Melo

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Solicitação de regulamentação acerca da necessidade de o membro do *Parquet* justificar o ato de não recorrer, quando a decisão judicial for contrária à manifestação ministerial.

Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha

Origem: Minas Gerais

51) Pedido de Providências nº 1.00367/2016-34 (Recurso Interno)

Recorrente: Filipe Brandi de Moraes

Recorrido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva. Núcleo Vassouras. Promoção de indeferimento em denúncia de irregularidades em concurso público municipal. Irresignação.

Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho

Origem: Rio de Janeiro

52) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00397/2016-78

Requerentes: Marilândia Alecrim dos Santos Vieira; Maurício Hermogenes Souza

Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia

Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Alegação de inércia. Sindicato dos Servidores da Educação. Denúncia de inadimplência do Instituto de Previdência de Campo Formoso quanto ao repasse de recursos recolhidos.

Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira

Origem: Bahia

- 53) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00400/2016-17
Requerente: Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal na Bahia – SINDJUFE/BA
Advogado: Cláudio Santos de Andrade – OAB/BA n.º 14.134
Interessado: Lourival Matos
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Alegação de inércia. Procedimento nº 003.0.82085/2010 (Inquérito Policial nº 250/2007). Central de Inquéritos do Ministério Público do Estado da Bahia. Fiscalização da polícia judiciária.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Bahia
- 54) Consulta nº 1.00412/2016-79
Requerente: Associação Nacional dos Servidores do Ministério Público – ANSEMP
Interessado: Francisco Antonio Távora Colares
Objeto: Ministério Público brasileiro. Automaticidade da revisão de subsídios dos membros por ato administrativo. Consulta sobre possibilidade de dispensa de edição de lei específica para majorar remuneração de agentes públicos.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Ceará
- 55) Proposição nº 1.00413/2016-22
Proponente: Conselheiro Fábio George Cruz da Nóbrega
Objeto: Proposta de Recomendação que define parâmetros para a atuação do Ministério Público brasileiro no controle do dever de gasto mínimo em educação.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Distrito Federal
- 56) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00429/2016-07
Requerente: Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público
Advogado: Fabio Fontes Estillac Gomez – OAB/DF n.º 34.163
Requerido: Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro. Nulidade. Portaria 1042/2015. Designações de comissões para condução de sindicâncias e processos administrativos disciplinares.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Rio de Janeiro
- 57) Nota Técnica nº 1.00431/2016-04
Proponente: Conselheiro Fábio Bastos Stica
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Nota Técnica. Projeto de Lei nº 233/2015, em trâmite no Senado Federal. Regramento do inquérito civil e dos procedimentos correlatos a cargo do Ministério Público.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Distrito Federal

58) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00455/2016-18

Requerente: Marcelo Ely
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Promotor de Justiça. Promoção. Suspensão de decisão que indeferiu inscrição de candidato que não preenche os requisitos legais. 14ª Promotoria de Justiça de Campo Grande. Processo PGJ/10/1672/2016.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Mato Grosso do Sul

59) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00468/2016-23

Requerentes: Claudio Facundo de Lima; Jheise de Fatima Lima da Gama; Joaquim Lves Figueiredo
Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas
Objeto: Ministério Público do Estado do Amazonas. Concurso para ingresso na carreira. Exame psicotécnico. Falta de objetividade e falta de informações mínimas do exame. Extrapolação dos limites da Lei Complementar Estadual nº 11/93 pelo Edital 21/2016. Reintegração dos requerentes ao Certame.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Amazonas

60) Pedido de Providências nº 1.00470/2016-39

Requerente: Federação Nacional Dos Jornalistas – FENAJ
Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná
Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Constrangimento de categoria jornalística por membros do Parquet no ajuizamento de ações. Alegação de assédio judicial e atentado à liberdade de imprensa. Procedimento Administrativo PGR/MPF 1.00.000.009393/2016-37.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Paraná

61) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00479/2016-21

Requerente: Plácido Barroso Rios
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Colégio de Procuradores de Justiça. Decisão no Processo nº 39702/2015-2. Progressão de servidor classe C para D. Não apresentação de diploma de graduação, conforme dispositivo legal.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Ceará

62) Pedido de Providências nº 1.00482/2016-90

Requerente: Marcos José Reátegui de Souza
Requerido: Ministério Público do Estado do Amapá
Objeto: Ministério Público do Estado do Amapá. Irregularidades. Termo de Ajustamento de Conduta. Ilícitos penais e improbidade administrativa. Adesão de agentes públicos do Estado do Amapá.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Amapá

- 63) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00486/2016-05
Requerentes: Roberto Carlos Soares Figueiredo; Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Pará
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Concessão de licença para mandato classista. Lei Estadual do Pará n.º 5.810/1994. Lei Federal n.º 8.112/90.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Pará
- 64) Revisão de Decisão do Conselho nº 1.00491/2016-81 (Recurso Interno)
Recorrente: Moises Rufino Fernandes
Objeto: Revisão de Decisão. Processo CNMP nº 1.00028/2015-03. Legitimidade do ato administrativo do Secretário-Executivo da Promotoria de Justiça Criminal de Guarulhos. Procedimento para ingresso nas unidades do Ministério Público do Estado de São Paulo.
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Origem: São Paulo
- 65) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00510/2016-05
Requerentes: Conselho Nacional do Ministério Público; Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Trabalho
Objeto: Ministério Público do Trabalho. Declaração de irregularidade de ato de afastamento de membro para curso no exterior. Determinação. Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho. Cumprimento das exigências da Resolução CSMPT nº 78/2008. Relatório de Inspeção. Processo nº 0.00.000.000197/2016-52.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Distrito Federal
- 66) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00558/2016-14
Requerentes: Glaucio Araujo de Oliveira – Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região
Requerido: Ministério Público do Trabalho
Objeto: Ministério Público do Trabalho. Portaria n. 434/2016, da Procuradoria Geral do Trabalho. Fixação de vagas de Procurador Regional do Trabalho por sede das PRTs. Alteração na organização administrativa sem participação do Conselho Superior. Requer sustação dos efeitos da referida Portaria.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Paraná

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público